

Introdução teórica e metodológica ao projecto «Angola em Movimento: sociabilidades e trocas económicas informais»

MARZIA GRASSI

RESUMO: O artigo introduz as principais linhas teóricas e metodológicas, assim como os objectivos do projecto «Angola em Movimento». O âmbito do debate teórico situa-se em torno das características assumidas pelo comércio informal na sociedade globalizada. A análise é feita tendo em conta os padrões de mobilidade das pessoas e das mercadorias que circulam em redes transfronteiriças e transnacionais em quatro regiões angolanas envolvidas como estudos de caso (Namibe, Cunene, Luanda-Benguela-Huambo e Lisboa como país da diáspora angolana).

Palavras-chave: Mobilidade, Rede Social, Capital Social, Informalidade, Ilegalidade

TITLE: Theoretical introduction to the project “Angola in Movement: sociabilities and informal trade”

ABSTRACT: In this introduction we will establish the principal theoretical concepts, methodology and objectives of the project “Angola in Movement” inside the theoretical ongoing debate regarding the informal trade in the globalised society. The analysis is done on the mobility patterns of people and goods in Angola across trans-border and trans-national trade routes in the Angolan regions involved like case-studies (Namibe, Cunene, route Luanda-Benguela-Huambo and Lisbon as host diaspora country).

Key words: Mobility, Network, Social Capital, Informal, Illegal

MARZIA GRASSI

marzia.grassi@ics.ul.pt

Investigadora sénior no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). Economista, Doutorada em Economia do Desenvolvimento e Mestre em Estudos Africanos, é coordenadora do projecto «Angola em Movimento» e do projecto «Cabo Verde pelo Mundo», ambos a decorrer no ICS-UL.

Marzia Grassi is a senior researcher in the Institute of Social Sciences – University of Lisbon (ICS-UL) in Portugal. Economist, PhD in Development Economics, Master in African Studies. She is the Principal Investigator of the Project “Angola in Movement” and of the project “Cape Verde around the World” both in progress at ICS-UL.

O texto que se apresenta refere os principais elementos analíticos que orientam o projecto «Angola em Movimento: sociabilidades e trocas económicas informais» (POCI/AFR/59446/2004). Trata-se de um projecto no seu segundo ano de execução, a decorrer no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), que conta com membros da equipa e consultores, especialistas nos contextos geográficos visados (Namibe, Cunene, eixo Luanda-Huambo, em Angola, e a Grande Lisboa, em Portugal, região de acolhimento de imigrantes de origem angolana). O principal objectivo é o de inventariar as práticas económicas e sociais que se caracterizam, por um lado, pela sua intensa informalização e, por outro, pela emergência de novas rotas comerciais que nascem da exploração do capital social individual presente nas redes informais e que estruturam os movimentos de pessoas e mercadorias em Angola e pelo mundo fora. As redes sociais informais analisadas pelo projecto têm características comuns no «movimento» dos actores que as protagonizam, na exploração da solidariedade e da confiança, de acordo com as necessidades locais, e com identidades agregadoras dos indivíduos nelas inseridas que acabam por redefinir «fronteiras» físicas culturais identitárias e simbólicas.

A análise comparada de evidências empíricas de várias regiões permite questionar o processo de inclusão/exclusão nas redes de solidariedade dos indivíduos, contribuindo para a discussão teórica à volta do transnacionalismo das redes comerciais informais, a sua essência não exclusivamente económica e os seus efeitos no desenvolvimento.

A recolha de dados efectuada nas diferentes regiões visadas pelo projecto fornece um conjunto de elementos organizados num inquérito aplicado ao longo do ano de 2006. Estes dados constituem o suporte da análise preliminar que se apresenta nos vários capítulos desta edição da revista *Economia Global e Gestão*.

Ao aceitar o convite do Professor Mário Murteira para compor este número da revista, da qual é editor, a equipa do projecto sistematizou numa publicação uma leitura preliminar dos dados recolhidos e apresentados, em forma de comunicações, num Seminário do Projecto no ICS-UL, realizado a 27 de Março deste ano.

Nesta fase incipiente da análise, os dados recolhidos sugerem a importância de identificar, em cada terreno de estudo envolvido, aqueles elementos de contexto que, utilizados a nível comparativo, poderão, numa fase de análise sucessiva, admitir alguma generalização sobre as pistas teóricas e categorias de análise eficazes na compreensão das dinâmicas informais na sociedade angolana contemporânea e da sua influência no desenvolvimento. Em presença de terrenos, em certos aspectos muito diferentes, este exercício de reflexão «no meio do caminho» constitui uma opção

metodológica útil para encontrar algumas respostas sobre os efeitos que a informalidade e o movimento de pessoas e mercadorias em diferentes regiões de Angola provocam no desenvolvimento e na vida das pessoas.

Que a dimensão «informal» faça parte da vida e da sociedade angolana contemporânea é facilmente reconhecível na emergência do movimento de pessoas e mercadorias que, a seguir ao fim da guerra que assolou o território cerca de três décadas, caracteriza todo o país. Este movimento engendra um processo de redefinição de 'fronteiras' e indica a necessidade de reconfigurar e ampliar o significado deste termo/conceito numa perspectiva que supere os limites das abordagens tradicionais históricas e geopolíticas que assentam num conceito ligado aos processos de militarização, burocratização, centralização e legitimação dos estados nacionais (Garcia, 2006, p. 10). A fronteira é aqui entendida como um reflexo do fenómeno da transnacionalidade. Os numerosos estudos existentes sobre fronteiras internacionais normalmente enfrentam o tema de acordo com as perspectivas diferentes de um ou outro campo disciplinar e geram um conhecimento muito detalhado ao qual, a maioria das vezes, falta a complexidade de uma visão integrada. Num contexto em que a emergência de espaços transnacionais obriga à redefinição do significado das fronteiras físicas, teóricas e simbólicas para a compreensão dos fenómenos sociais, a Angola do pós-guerra parece constituir um espaço privilegiado de análise pela complexidade e dinamismo das suas fronteiras económicas, de circulação, de segurança, culturais e simbólicas que sugerem uma dialéctica permanente entre estruturas e agências. Como é que o dinamismo do mundo global (transnacional, mundial, planetário), que alimenta e faz crescer a complexidade das práticas económicas informais, interage com o modelo de governação num país como Angola? Para entender este fenómeno num tal contexto em «movimento», é necessário desenvolver uma epistemologia dos estudos sobre fronteiras que proporcione uma visão geral, um eixo teórico útil na análise dos processos dinâmicos em curso nas regiões consideradas. É necessário poder estabelecer uma tipologia comparável que alimente o debate teórico em prol da reconstrução e da inclusão social quer ao nível académico, dos que investigam esta área, quer ao nível político, dos decisores da coisa pública.

A movimentação de pessoas e a troca de mercadorias tornam o dinheiro a questão à volta da qual se processam todas as práticas sociais e as relações entre indivíduos e instituições. Os longos anos da guerra provocaram uma desestruturação dos laços de confiança e solidariedade entre os indivíduos, o que, ainda hoje, cinco anos desde o fim da guerra, influencia as relações sociais familiares e étnicas dos indivíduos. As solidariedades que se mobilizaram durante a guerra por questões de segurança e sobrevivência são, actualmente, dissolvidas perante a reconstrução e a monetarização das relações entre indivíduos.

Cinco anos depois da guerra constata-se a emergência de um importante fluxo migratório de empresas e indivíduos que procuram, em Angola, oportunidades de negócios suscitadas pela reconstrução. Neste panorama, é fácil perceber a valorização e centralização dos discursos sobre as questões económicas. O primado da economia é uma questão transversal a todas as categorias sociais, bem como a informalidade das práticas é uma constante. O movimento de capitais, o dinheiro e a importância da globalização financeira que, na opinião de alguns – como o editor desta revista que nos hospeda –, constituiria a única verdadeira novidade da globalização contemporânea, não é exclusivo do que se processa nas grandes empresas transnacionais, mas inclui e se alimenta também desta informalidade. Esta, por vezes na sua vertente de ilegalidade e de criminalidade, nem sempre é facilmente separável das dinâmicas legais que obedecem à necessidade de reconstrução do país e de desenvolvimento económico.

O movimento de pessoas e mercadorias, que não significa só uma mudança de posição geográfica, mas também uma metamorfose conceptual e de referências simbólicas dos indivíduos e dos ideais no mundo contemporâneo, processa-se na contemporaneidade angolana num contexto de grandes contrastes entre classes e de riquezas.

O pequeno alcance, em termos financeiros, do projecto «Angola em Movimento» obrigou a uma escolha de lugares de observação não exaustiva. Os terrenos visados são Luanda e Huambo, Namibe, Cunene e, em Portugal, a Grande Lisboa. Este facto, por um lado, inibe a generalização dos resultados ao contexto transnacional, mas, por outro lado, tem a vantagem de constituir uma ocasião de mapeamento de percursos e dinâmicas capazes de fornecer informação relevante não só sobre «formas» de organização e potencialidade do mercado angolano, mas também, de um ponto de vista teórico, de testar conceitos, categorias de análise e métodos transversais aos lugares observados.

As actividades informais que emergem dos estudos de caso realizados no projecto «Angola em Movimento» indicam que existe uma articulação estrutural com as actividades formais, quer comerciais quer de outras actividades de serviços. O seu alcance inclui vários níveis geográficos nacionais (município, província, região) e estende-se a actividades transfronteiriças e transnacionais em função do tipo de produtos transaccionados e/ou do tipo de deslocação geográfica dos comerciantes que se torna necessária para a actividade comercial se realizar, como é o caso dos comerciantes do deserto do Namibe. Nesta região foram aplicados 76 questionários junto de comerciantes do deserto e suas famílias. Na investigação nesta região tem sido fundamental, para a adaptação do questionário ao contexto e à formação dos inquiridores, a

presença de Samuel Aço, especialista nesta área geográfica e consultor do projecto «Angola em Movimento». De uma primeira leitura dos dados recolhidos, depreende-se o papel social e económico dos comerciantes do deserto e as formas de trocas praticadas, que excede largamente o comércio dos escassos bens de que são portadores.

No estudo de caso apresentado nos Mercados de S. Pedro em Huambo e Kwanzas e Roque Santeiro em Luanda, Carlos Lopes, membro da equipa de investigação do projecto, apresenta uma leitura preliminar dos dados do inquérito aplicado a 197 indivíduos no eixo geográfico Huambo - Luanda, da qual emergem as principais características das actividades comerciais informais, os principais produtos transaccionados e as articulações sociais e económicas que permitem o funcionamento das redes.

O estudo de caso comentado pela consultora Cristina Rodrigues realizou-se no Cunene, na povoação de Santa Clara, na fronteira com a Namíbia, a sul de Angola, onde foram aplicados 196 questionários. Recentemente, com a chegada da paz, esta zona viu uma importante intensificação das rotas comerciais, o que permitiu uma mais livre circulação e movimento de pessoas e bens. No estudo de caso, a autora apresenta uma leitura inicial dos dados recolhidos para o projecto sobre as estratégias comerciais e populacionais informais que caracterizam esta região.

O estudo de caso apresentado pela coordenadora do projecto conta com 200 questionários aplicados a jovens de origem angolana a residir em Lisboa. Este contexto da diáspora centra-se maioritariamente sobre as características da mobilidade humana e da informalidade como prática e como representação do funcionamento das redes e do seu funcionamento no contexto migratório da grande Lisboa como lugar de chegada e/ou de residência de jovens de origem angolana. O aspecto mais explorado neste capítulo situa-se à volta da integração dos jovens no mercado de trabalho.

O artigo da Cecilie Oien, consultora do projecto para o terreno da diáspora apresenta uma reflexão sobre a informalidade e o género, recorrendo aos dados recolhidos através do questionário.

OS PRINCIPAIS CONCEITOS

O «informal» é, ao nível teórico, uma questão agregadora dos quatro diferentes terrenos, porquanto permite interpretar o movimento e as práticas sociais que caracterizam a Angola contemporânea. O debate sobre a informalidade que se desenvolve há cerca de quatro décadas, quer na ciência económica quer noutras disciplinas das ciências sociais e humanas, tem sido usado pelos autores que estudam as economias dos

países em desenvolvimento para apontar a ineficácia e a insuficiência do modelo económico *mainstream* que orienta o mundo global na redistribuição da riqueza. A partir da observação que as práticas informais persistem e crescem em lugares onde existem situações de pobreza que o modelo de desenvolvimento económico e social não consegue eliminar, têm sido estruturadas críticas como aquelas na literatura académica às teorias da modernização dos anos 70 do Séc. XX ou aquelas mais recentes de crítica ao *Washington Consensus*. Elas não nascem só nos opositores ao paradigma neoliberal, mas também nas correntes ultraliberais que sublinharam a distorção provocada pela ajuda humanitária aos países em desenvolvimento¹. *Mutatis mutandis*, algumas destas críticas, de qualquer forma transversais às posições teóricas e ideológicas dos seus autores, parecem voltar a ser pertinentes na análise dos fenómenos de mobilidade nas cidades da Europa contemporânea, nas novas formas assumidas pela divisão internacional do trabalho e na dificuldade de integração dos seus imigrantes, que originam fenómenos de exclusão social.

A pertinência do estudo das «formas» das práticas sociais não deve ser feita usando a categoria de análise «informal» numa perspectiva dicotómica, mas, pelo contrário, realçando a sua característica de hibridismo, de forma a melhor poder captar o elevado grau de complexidade do mundo global (Latour, 1994).

Esta questão não é exclusiva dos países em desenvolvimento, uma vez que emerge como uma questão central também nas práticas transnacionais que estruturam o mundo actual e o «movimento» de pessoas e mercadorias, produzindo «efeitos» em todos os países envolvidos, independentemente do seu nível de desenvolvimento.

É um facto que a informalidade entendida como o conjunto das práticas não contempláveis nos modelos e comportamentos esperados pelas teorias está em expansão no mundo actual e põe em cheque a ideia central do modelo de organização social e económica actual. Perante a complexidade do mundo global contemporâneo, a exigência de identificação dos principais conceitos subjacentes a uma análise científica torna-se também mais complexa: exige a adopção de uma terminologia que permita o diálogo interdisciplinar indispensável à análise teórica dos temas em causa. É assim que a análise dos dados recolhidos sobre as práticas informais no projecto «Angola em Movimento» será feita articulando conceitos oriundos de várias disciplinas. A começar pelo conceito de «informal», o que se entende com esta palavra/conceito?

O termo informal aparece nos estudos sobre o desenvolvimento em 1973, num estudo da OIT (Organização Internacional do Trabalho), realizado por Keith Hart, sobre os mercados urbanos no Gana. Relativamente aos países mais desenvolvidos, os

primeiros estudos aparecem nos finais da década (Light, 1979; Feige, 1979). Sempre na década de 70, nos EUA, o conceito não ganha muita popularidade, à excepção de alguns trabalhos sobre pobreza urbana que combinam a etnografia com técnicas de inquéritos, como, por exemplo, os estudos de Lowenthal (1975) e Dow (1977). Apenas uma década mais tarde aparecem os trabalhos de Portes e Sassen-Koob (1987, 1989) e de Stepick (1989) sobre as economias informais em contextos urbanos dos países desenvolvidos.

A economia informal tem sido designada de múltiplas formas pelos vários autores: *irregular economy* (Ferman e Ferman, 1973), *subterranean economy* (Gutmann, 1977), *underground economy* (Simon e Witte, 1982; Houston, 1987), *black economy* (Dilnot e Morris, 1981), *the shadow economy* (Frey, Weck e Pommerehne, 1982; Cassel e Cichy, 1986), *informal economy* (Mc Crohan e Smith, 1986).

Os órgãos de comunicação social, de acordo com um estudo feito nos EUA, em 1992, usam ainda outros termos que, acrescentados à palavra «economia», definem qualquer prática económica informal como «invisível», «escondida», «sombra», «não oficial», «não registada» e «clandestina». A mesma falta de concordância quanto à sua nomeação persiste na sua definição nas diferentes disciplinas. Na economia é adoptada, maioritariamente, uma perspectiva que procura quantificar as trocas monetárias que se processam nas transacções económicas informais (Gutmann, 1977; Feige, 1979; Simon e Witte, 1982). Mais recentemente, a literatura sobre a percepção das práticas transnacionais introduz variáveis para captar as dinâmicas dos recursos não monetários, como a confiança e a solidariedade (Grootaert *et al.*, 2003). É esta abordagem que será privilegiada na recolha de dados no projecto «Angola em Movimento», através da adaptação do questionário que estes autores propõem num estudo do Banco Mundial aos terrenos contemplados no projecto.

A antropologia e a sociologia ocupam-se da questão considerando as actividades informais como uma estratégia económica dos agregados familiares e/ou como um recurso que emerge da solidariedade comunitária (Pahl e Wallace, 1985), embora mais recentemente tenha sido reconhecido o seu papel no alívio da pobreza.

Uma característica comum aos estudos sobre a «informalidade» é o enfoque sobre os aspectos negativos e muitas vezes a palavra é usada para indicar situações de ilegalidade, esquecendo que uma prática informal se torna ilegal em função das circunstâncias políticas e sociais do contexto em que se produz (Coit, 2001).

A informalidade, em Angola, tem características recentes que se prendem com o aumento, a diferenciação e a complexificação das suas práticas em termos geográficos.

cos. Elas ocorrem a diferentes níveis, local, regional, transfronteiriço e internacional. Além disso, actualmente, as práticas informais envolvem uma grande variedade de actores e acontecem, cada vez mais, em redes comerciais transnacionais organizadas de formas distintas de acordo com o alcance geográfico, as vantagens comparativas que lhe são associadas e a cultura dos grupos étnicos e sociais envolvidos. Assiste-se, também, à emergência de certos eixos comerciais pouco conhecidos que se distinguem pelas implicações nos processos de negociação identitária dos envolvidos, uma vez que quer a troca material (de mercadoria) quer a troca simbólica e identitária (de culturas) implica uma aprendizagem dinâmica e o questionamento de valores colectivos e individuais. Uma dimensão comum a todas as práticas informais observadas nos quatro contextos abordados no projecto prende-se com a sua ligação ao transnacionalismo da sociedade globalizada.

É assim que o conceito de transnacionalismo emerge como operatório e central para a análise dos dados. O transnacionalismo é um conceito que os economistas e os sociólogos relacionam com análises macro e a maioria das vezes é usado para analisar as grandes empresas financeiras transnacionais, expressão mais gritante da globalização económica actual (Sklair, 1995; Castells, 1996; Dicken, 1998, 2001; Yeung, 2000). Este «novo» campo de análise no interior da economia tem vindo a substituir ou inferiorizar o debate sobre a problemática teórica da informalidade económica e as suas ligações com o modelo de desenvolvimento.

A reflexão acerca do conceito de informalidade em economia² tornou patente, noutras pesquisas, a importância do trabalho empírico e da contextualização do debate conceptual e das categorias de análise. A aproximação metodológica aos instrumentos tradicionalmente mais utilizados pela antropologia realça uma certa rigidez dos métodos utilizados pela economia no estudo das práticas de mercado estimuladas pelo modelo neoliberal. Esta questão mostra-se pertinente quer em terrenos não hegemónico quer nos diferentes espaços económicos informais das cidades de países de destino das diásporas mais recentes.

Perante a panóplia de definições deste conceito, e deixando para outro lugar uma revisão mais aprofundada do mesmo, será suficiente especificar aqui que a definição que será adoptada é aquela que o identifica como: «movimento de pessoas, bens, informação, ideias e recursos que estruturam o mundo actual» (Keohane e Nye, 1971, p. 3).

Como muitos autores concordam, o transnacionalismo das redes mundiais é grandemente influenciado pelo comércio informal, que, por sua vez, ao nível global, é influenciado pelo capital social (Portes e Sensenbrenner, 1993; Coleman, 1988; Burt, 2000).

O capital social é um conceito que remete para a «confiança, normas de reciprocidade e outros factores sociais que influenciam o comércio, as migrações, as reformas económicas e as interacções entre indivíduos necessários para o desenvolvimento económico» (Knack e Keefer, 1997). É este um dos conceitos da sociologia mais utilizados nos últimos anos, o que, segundo autores como Alejandro Portes (2000, p. 133), por exemplo, arrisca-se a prejudicar o seu valor heurístico. Sempre pelo lado da sociologia, o conceito é associado aos recursos como seja a informação, as ideias e o apoio que os indivíduos conseguem alcançar na sua relação com as outras pessoas. A primeira sistematização do conceito de capital social foi produzida por Pierre Bourdieu, que o define como «o agregado de recursos efectivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo» (Bourdieu, 1985, p. 248). Como recorda Alejandro Portes, esta definição inicial do conceito foi publicada nas «Actes de la recherche en science sociales», em 1980. O artigo, em francês, não teve nenhuma atenção por parte dos autores anglófonos. A tradução inglesa, de 1985, faz parte de um compêndio de sociologia da educação e também não teve, na opinião de Alejandro Portes (2000, p. 135), a atenção que mereceria pelo seu refinamento teórico. Aqui Bourdieu indica que as redes sociais não são um dado natural, mas sim algo construído através de estratégias orientadas para a institucionalização das relações de grupo. Relações estas utilizáveis como fonte de confiança para aceder a benefícios que constituem a base em que assenta a solidariedade que os torna possíveis (Bourdieu, 1985, p. 249). Na sua análise, Bourdieu reduz as diferentes formas de capital social ao capital económico, definido como trabalho humano acumulado, embora acreditando que os processos que produzem estas formas não são meramente económicos.

Apesar da falta de clareza que caracteriza as transacções que envolvem capital social, estas estão repletas de obrigações tácitas, de expectativas de reciprocidade e de horizontes temporais incertos. É, aliás, esta ambiguidade que disfarça aquilo que, de outra forma, seriam puras e simples transacções de mercado (Bourdieu, 1979 e 1980, citado por Portes 2000, p. 135).

QUESTÕES METODOLÓGICAS

A escolha metodológica que privilegia métodos de recolha de dados através de um questionário pode à primeira vista parecer «imprópria» na captação de dimensões difíceis de quantificar, como é o caso das redes informais e do capital social que as estrutura. No entanto, a existência, por parte da equipa e consultores do projecto, de um conhecimento aprofundado dos terrenos envolvidos revelou-se indispensável para a adaptação do questionário às condições culturais e históricas e às dinâmicas sociais efectivamente existentes nos diferentes contextos.

Assim, a informação qualitativa recolhida nos trabalhos dos consultores especialistas de cada região em estudo (Samuel Aço para o Namibe; Cristina Rodrigues para o Kunene; Cecilie Øien para diáspora em Portugal) e dos membros da equipa com trabalhos realizados na área do comércio informal em Luanda-Benguela (Grassi, 1997), em Cabo Verde (Grassi, 2002, 2003), Luanda e Huambo (Lopes, 1998 e Doutoramento em curso) e em Portugal como lugar de acolhimento dos fluxos migratórios africanos pós-coloniais (Grassi, 2005, 2006 e 2007) permitem uma adaptação qualitativamente informada do questionário piloto produzido por Grootaert *et al.* (2003) aos contextos visados.

O Questionário Integrado para medir o capital social, criado num estudo de um grupo de economistas do Banco Mundial (Grootaert, Narayan, Nyhan Jones, Woolcock, 2003), visava preencher o vazio empírico que, no interior da disciplina económica, tem acompanhado este debate. A aplicação deste modelo de questionário em países em desenvolvimento, como a Tanzânia, Burkina Faso, Gana e Uganda, tem permitido identificar o funcionamento das redes de solidariedade e confiança e da sua relação com as instituições e com a sociedade civil. Assim, embora tenha como objectivo a recolha de dados quantitativos, este questionário é o resultado de métodos qualitativos (Narayan, 2000; Grootaert e Van Bastelaer, 2002) e permite operacionalizar o conceito de capital social através da «medição» das formas de confiança, de reciprocidade e de solidariedade necessárias para a organização das dinâmicas informais.

O questionário do Banco Mundial foi pensado para ser aplicado em contextos em desenvolvimento e o seu objectivo era providenciar um conjunto de questões essenciais «para todos os que estivessem interessados em gerar dados quantitativos sobre várias dimensões do capital social, como parte de questionários domiciliares mais amplos (tais como, as Pesquisas de Padrão de Vida ou o Inquérito às famílias)» (cf. Grootaert *et al.*, 2003, p. 3). A partir de 2003, as perguntas foram testadas em contextos geográficos distintos (na Nigéria e na Albânia) e modificadas e avaliadas por peritos que definiram o modelo de questionário base para a adaptação a realidades diversas. Para chegar a este modelo-base, foram tomadas em conta as lições aprendidas nos vários estudos aplicados em vários países do mundo³. Todos os estudos que contribuíram para identificar o modelo-base do questionário reconhecem a necessidade da adaptação do mesmo à geografia, à história, sociedade e cultura dos lugares e da recolha prévia de dados qualitativos no âmbito de outras pesquisas.

O conhecimento metodológico e conceptual sobre capital social dos membros da equipa do projecto e seus consultores foi, também, fundamental para as adaptações do questionário que foi aplicado no Namibe, no Kunene, no eixo Luanda-Huambo e em Lisboa.

O número de questionários varia ligeiramente, sobretudo nos recolhidos no Namibe por questões de operacionalidade, devido ao pequeno número de membros da equipa, o que implicou a criação, formação e utilização de equipas locais para a aplicação do questionário, especialmente para a região do Namibe e do Cunene.

Assim, os questionários válidos têm a seguinte expressão numérica: Namibe – 76; Kunene – 196; Luanda-Huambo – 197; Lisboa – 200.

QUESTÕES ANALÍTICAS QUE EMERGEM DOS CONTEXTOS

Estudar o transnacionalismo contemporâneo a partir de Angola evidencia como o Estado-Nação não é uma categoria de análise operativa para o estudo da sociedade real e faz surgir muitas questões que têm a ver com várias dimensões de um país ainda por conhecer num contexto de paz recente.

Os quarenta anos de guerra levaram a uma extensa e forçada urbanização da população angolana, que atingiu sobretudo as cidades do litoral (particularmente Luanda), consideradas menos inseguras e instáveis. Com o fim da guerra, a urbanização diversificou-se e cidades do interior foram integradas nos complexos padrões das migrações internas. As pessoas movimentam-se, também, em direcção às terras de origem e às cidades do interior. Em Luanda, as pessoas também se movimentam, mas não de forma organizada e raramente com as famílias. Há quem explique esta situação com a falta de conveniência em abandonar as oportunidades oferecidas pelo mercado informal urbano e, também, a possibilidade de frequência escolar dos membros mais jovens das famílias (Cain, 2005). Nascem, então, novas dinâmicas informais, que movimentam pessoas e mercadorias entre o campo e a cidade.

Este movimento processa-se através de redes e acarreta a necessidade de conceptualizar uma nova definição de «fronteira», que considere que a sociedade real não se esgota numa leitura «nacional» do «económico». Este conceito revela a sua utilidade na leitura transversal das dinâmicas económicas e sociais que ultrapassam as categorias dicotómicas (formal *versus* informal) e na discussão sobre as negociações identitárias que acompanham o movimento em rede. Nos contextos visados pelo projecto «Angola em Movimento», o capital social individual e colectivo fundamenta os actos económicos em diferentes formas culturais e manifesta-se nas dinâmicas identitárias e simbólicas que estruturam o funcionamento das redes.

E então, o que há de comum nas práticas observadas nos contextos envolvidos? Que significado tem insistir sobre a existência de uma fronteira entre economia informal, entendida como uma dinâmica histórica e cultural das redes transnacionais que

ligam Angola ao resto do mundo, e a economia formal, entendida como a economia das grandes empresas multinacionais expressa pelos grandes agregados macroeconómicos dos manuais?

De que forma a transformação dos padrões de mobilidade de pessoas e mercadorias se reflecte na sociedade e na economia angolanas após o fim da guerra? As práticas informais (incluindo as ilegais) são exclusivas das actividades comerciais de sobrevivência ou abrangem também todas as outras esferas das relações em sociedade? Quando se refere uma actividade como sendo informal, qual é, no contexto angolano contemporâneo, a sua interacção com a legalidade? Qual o sentido das diferenças que emergem nos diferentes contextos visados pelo projecto? Qual é, na actualidade, o papel do Estado na gestão das práticas informais ao nível local e ao nível central? Que tipo de controlo o Estado engendra perante as dinâmicas informais? Qual é o lugar da burocracia?

A percepção das actividades informais como ilegais é muito difusa e particularmente visível em contextos migratórios, cresce de acordo com as características de género e físicas dos actores que as praticam: ser mulher, imigrante e negra origina uma tripla exclusão em Portugal, assim como nos países europeus que acolhem os novos fluxos migratórios contemporâneos. Quais as diferenças – se existem – de percepção da ilegalidade na diáspora e nas regiões angolanas analisadas? A percepção da ilegalidade tem uma relação directa com o nível de desenvolvimento dos contextos onde são analisadas?

Os textos que compõem este número da revista *Economia Global e Gestão*, a partir da leitura dos seus indicadores resumidos no questionário aplicado nos diferentes contextos, referem algumas das dimensões do capital social que estrutura as redes informais. O objectivo é identificar uma pista teórica a partir da qual seja possível, em termos comparativos, verificar a possibilidade de generalizar a outros estudos sobre o informal. Tudo isto tendo em conta que o discurso sobre o informal é normalmente entendido como um assunto de governação e o seu estudo não pode ser feito sem ter em consideração as interacções entre o local e o global, entre as formas de *know-how* encaixadas na cultura e o modelo económico global de referência.

NOTAS

1. Uma revisão dos elementos deste debate encontra-se em Grassi, 2003, pp. 54-63.
2. Uma discussão sobre o conceito encontra-se em Grassi (2002), em particular nas pp. 150-161.
3. A bibliografia destes estudos pode ser consultada em Grootaert *et al.* (2003, p. 5).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. (1979), «Les trois états du capital culturel». *Actes Rech. Sci. Soc.*, vol. 30, pp. 3-6.
BOURDIEU, P. (1980), «Le capital Social: notes provisoires». *Actes Rech. Sci. Soc.*, vol. 31, pp. 2-3.

- BOURDIEU, P. (1985), «The forms of capital». In J. G. Richardson (Ed.), **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Nova Iorque, Greenwood, pp. 241-58.
- BURT, R. (2000), «The network structure of social capital». In Robert Sutton e Barry Staw (Eds.), **Research in Organizational Behaviour**. JAI Press, Greenwich, CT, pp. 345-423.
- CAIN, A. (2005), «Livelihoods and the informal economy in post-war Angola». In **Supporting Sustainable Livelihood**. Development Workshop Occasional Papers, Luanda.
- CASSEL, D. e CICHY, U. (1986), «Explaining the growing shadow economy in East and West: A comparative system approach». *Comparative Economic Studies*, vol. 28, pp. 20-41.
- CASTELLS, M. (1996), **The Rise of Network Society**. Blackwell, Oxford.
- COIT, C. (2001), «The other face of informality and illegality or the collateral effects of informality. Coping with informality and illegality in human settlements in developing cities». ESF/N-AERUS Workshop, Leuven e Bruxelas.
- COLEMAN, J. (1988), «Social Capital in the creation of human capital». *American Journal of Sociology*, vol. 94 (supplement), pp. S95-S120.
- DICKEN, P. (1998), **Global Shift: Transforming the World Economy**. Paul Chapman, London.
- DICKEN, P.; KELLY, P. F.; YEUNG, W. C. (2001), «Chain and networks, territories and scales: towards a relational framework for analysing the global economy». *Global Networks*, vol. 1(2), pp. 89-112.
- DILNOT, A. e MORRIS, C. (1981), «What do we know about the black economy in the United Kingdom?». *Fiscal Studies*, vol. 2, pp. 163-179.
- DOW, L. (1977), «High weeds in Detroit». *Urban anthropology*, vol. 6, pp. 111-128.
- EUROPEAN COMMISSION, Glossary DG Justice and Home affairs. http://europa.eu.int/comm/justice_home/glossary/printer/glossary_m_en.htm.
- FEIGE, E. (1979), «How big is the irregular economy?». *Challenge*, vol. 12, pp. 5-13.
- FERMAN, P. e FERMAN, L. (1973), «The structural underpinning of irregular economy». *Poverty and Human Resources Abstract*, vol. 8, pp. 3-17.
- FREY, B.; WECK, H.; POMMERHNE, W. (1982), «Has the shadow economy grown in Germany? An exploratory study». *Review of World Economics*, vol. 118, pp. 499-524.
- GARCIA MEDINA, E. (2006), «Aportaciones para una epistemología de los estudios sobre fronteras internacionales». *Estudios Fronterizos*, vol. 7(13), pp. 9-27.
- GRASSI, M. (1997), «O papel da mulher angolana no desenvolvimento do país». Tese de Mestrado em Estudos Africanos. ISCTE, policopiado.
- GRASSI, M. (2002), «Género, Empresariado e Desenvolvimento em contextos não ocidentais: Rabidantes do mercado Sucupira em Cabo Verde». Tese Doutoramento. ISCTE, policopiado.
- GRASSI, M. (2003), **Rabidantes, Comércio Espontâneo Transnacional em Cabo Verde**. ICS, Lisboa, Spleen, Praia.
- GRASSI, M. (2005), «A very visible hand in the Cape Verde Market». *Portuguese Studies Review*, vol. 12(2). Ontário.
- GRASSI, M. (2006), «Formas migratórias: casar com o passaporte no espaço Schengen. Uma introdução ao caso de Portugal». *Etnográfica*, vol. X(2), Lisboa, pp. 283-305.
- GRASSI, M. e ÉVORA, I. (org.) (2007), **Género e Migrações Cabo-Verdianas**. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
- GRASSI, M. (2007), «Cabo Verde pelo Mundo: o género na diáspora cabo-verdiana». In M. Grassi e I. Évora (Eds.), **Género e Migrações Cabo-Verdianas**. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
- GROOTAERT, C.; NARAYAN, D.; NYHAN JONES, V.; WOOLCOCK, M. (2003), «Questionário integrado para medir Capital Social (QI-MCS)». *Banco Mundial - Grupo Temático sobre Capital Social*. Washington DC.
- GROOTAERT, C. e VAN BASTELAER, T. (2002), **The Role of Social Capital in Development: An Empirical Assessment**. Cambridge University Press, New York.
- GUTMANN, P. (1977), «The subterranean economy». *Financial Analysis Journal*, vol. 34(1), pp. 26-29.
- HART, K. (2002), **Money in an Unequal World**. Texere, NY, Londres.
- HUSTON, J. (1987), «Estimating the size and implications of the underground economy». *Federal Reserve Bank of Philadelphia Working Papers*, pp. 87-9.
- KEOANE, R. O. e NYE, J. S. (1971), **Transnational Relations and World Politics**. Harvard university press, Cambridge.
- KNACK, S. e KEEFER, P. (1997), «Does Social Capital Have an Economic Payoff? A Cross-Country

Investigation». *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 112(4), pp. 1251-88.

LATOUR, B. (1994), **Jamais Fomos Modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica**. Rio de Janeiro, Editora 34.

LIGHT, I. (1979), «Disadvantaged minorities in self-employment». *International Journal of Comparative Sociology*, vol. 20, pp. 31-45.

LOPES, C. M. (1998), «A fixação de preços nos mercados informais de Luanda: estudo comparativo nos mercados Congolenses, Rocha Pinto e Shabba». Tese de Mestrado, ISCTE, Lisboa.

LOVENTHAN, M. (1975), «The social Economy in urban working class communities». In G. Gappert e H. M. Ross (Eds.), **The Social Economy of Cities**. Sage, Newbury Park, CA.

Mc CROHAN, K. e SMITH, J. (1986), «A consumer expenditure approach to estimating the size of the underground economy». *Journal of marketing*, vol. 50, pp. 48-60.

NARAYAN, D. (2000), **Voices of the Poor: Can Anyone Hear Us?** Oxford University Press, New York.

PAHL, R. E. e WALLACE, C. (1985), «Household work strategies in economic recession». In N. Redcliff e E. Migione (Eds.), **Beyond Employment: Household Gender and Subsistenc**. Blackwell, Oxford, pp. 189-227.

Portes, A. (2000), «Capital social: origens e aplicações na sociologia. Contemporânea». *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 33, pp. 133 - 158.

PORTES, A. (1987), «The social origins of the Cuban enclave economy of Miami». *Sociol. Perspect.*, vol. 30, pp. 340-72.

PORTES, A. e SENSENBRENNER, J. (1993), «Embeddedness and immigration: notes on the social determinants of economic action». *American Journal of Sociology*, vol. 98, pp. 1320-50.

SASSEN.KOOB, S. (1989), «New York city's informal economy». In A. Portes, M. Castells e L. Benton (Eds.), **The Informal Economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries**. Johns Hopkins Press, Baltimore, pp. 60-77.

SIMON, C. P. e WITTE, A. D. (1982), «Beating the System: The Underground Economy». *Boston Journal of Contemporary Criminal Justice*. Consulta online <http://intl-ccj.sagepub.com/>

SKLAIR, L. (1995), **Sociology of the Global System**. Prentice Hall, London.

STEPICK, A. (1989), «Miami two informal sector». In A. Portes, M. Castells e L. A. Benton (Eds.), **The Informal Economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries**. Johns Hopkins Univ. Press, Baltimore, MD, pp. 111-34.

YEUNG, H. W-C (2000), «Organizing “the firm” in industrial geography: networks, institutions and regional development». *Progress in human geography*, vol. 24, pp. 301-15.